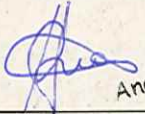





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 0539721-2018			
PA COPAM Nº: 33613/2015/002/2018		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Marcos César Brunozzi	CNPJ:	026.461.188-80
EMPREENDIMENTO:	Fazenda Gameleira (matrícula 18.892)	CNPJ:	026.461.188-80
MUNICÍPIO(S):	Campina Verde	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos, e caprinos, em regime confinamento	3	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:  Valdemar Borges Damasceno		REGISTRO:  ART: 14201800000004530874/ nº CTF AIDA-IBAMA: 5818757	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Ana Cláudia de Paula Dias Gestora Ambiental		1.365.044-5	 Ana Cláudia de Paula Dias Gestora Ambiental SUPRAM TM/AP MASP: 1.365.044-5
De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez Diretor Regional de Regularização Ambiental		1.191.774-7	





### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) n° 0539721-2018**

O empreendimento Fazenda Gameleira (matrícula 18.892) atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município de Campina Verde - MG. Em 08/06/2018, foi formalizado, na Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado de n° 33613/2015/002/2018, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Foram solicitadas informações complementares – Of. SUPRAM TMAP n° 2266/2018, sendo as mesmas respondidas em 13/07/2018, R0126834/2018.

A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento, bovinocultura, para o alojamento de 2.000 animais, justifica a adoção do procedimento simplificado. A atividade mencionada é sendo conduzida numa propriedade de 656,0753 ha, sendo 15,42 ha de área construída e 456,91 de área útil. O empreendimento possui uma Autorização Ambiental para Funcionamento – AAF, certificado n° 07218, para as atividades de “culturas anuais, excluindo a olericultura” e “cana-de-açúcar sem queima”, com validade até a data de 04/10/2021.

A água consumida e usada na propriedade, para a condução da atividade de bovinocultura, é oriunda de captação em nascente e em cisterna, sendo apresentados os números das Certidões de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico: n° 29548/2017 (cisterna), n° 44020/2017 (nascente), n° 29551/2017 (cisterna), n° 29553/2017 (cisterna), n° 44007/2017 (nascente), n° 44010/2017 (nascente), n° 44012/2017 (nascente), n° 44013/2017 (nascente), n° 44014/2017 (nascente), n° 44016/2017 (nascente), n° 44017/2017 (nascente) e n° 44018/2017 (nascente).

Como principais impactos inerentes às atividades de bovinocultura e, devidamente mapeados no RAS, tem-se, principalmente, a geração de resíduos sólidos. A geração de ruídos - emissão de sons pelos animais e pela movimentação de veículos-, não é alvo de mitigação, devido à localização do empreendimento no meio rural – distante das aglomerações urbanas.

O efluente de natureza sanitária é direcionado para fossa séptica.

Quanto aos resíduos sólidos: os animais mortos são enterrados; os dejetos dos animais são dispostos a céu aberto e, posteriormente, são utilizados na propriedade como adubo orgânico; os restos de comidas são utilizados como adubo orgânico; os resíduos sólidos de origem doméstica são destinados à coleta da Prefeitura Municipal.

As embalagens vazias dos medicamentos utilizados no tratamento dos animais são disponibilizadas para a coleta pela Prefeitura Municipal. Como foi feita a solicitação da cópia da Licença Ambiental da Prefeitura Municipal para o transporte e destinação final dado a estes resíduos (classe I) e a mesma não foi apresentada (R0136428/2018), considera-se que a destinação final dada a estes resíduos não está sendo feita por empresa ambientalmente regularizada pelo órgão ambiental, conforme previsto no próprio RAS (item 5.6), desta forma, o empreendedor fica **PROIBIDO** de continuar dando esta destinação a estes resíduos, devendo o mesmo contratar uma empresa ambientalmente regularizada para tal, conforme previsto na condicionante 2 do Anexo I, deste Parecer.

Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR, Cadastro Ambiental Rural – Recibo número MG-3111101-89F0.B644.5C01.425B.9C6E.9DBC.6F5A.A8E2, com área de reserva legal declarada de 163,9857 ha.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.





Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento Fazenda Gameleira (matrícula 18.892) para a atividade de "Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos, e caprinos, em regime de confinamento", no município de Campina Verde-MG", pelo prazo de 10 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

**Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.**





### ANEXO I

#### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "Fazenda Gameleira (matrícula 18.892)"

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar manifestos comprovando a destinação adequada dos resíduos sólidos (embalagens vazias dos medicamentos usados no tratamento dos animais) juntamente com as cópias das licenças ambientais das empresas responsáveis pelo transporte e destinação final dos mesmos.	30 dias

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

#### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*





## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "Fazenda Gameleira (matrícula 18.892)"

#### 1. Solo

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas às aplicações do adubo orgânico (esterco bovino oriundo da compostagem) <sup>1,2,3,4</sup>	<b>pH, N</b> (Nitrogênio), <b>K</b> (Potássio), <b>P</b> (Fósforo), <b>Ca</b> (Cálcio), <b>Mg</b> (Magnésio), <b>S</b> (Enxofre), <b>Al</b> (Alumínio), <b>Na</b> (Sódio), <b>CTC</b> , <b>Saturação de Bases</b> , <b>C</b> (Carbono) e <b>Matéria Orgânica</b> . Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente

(1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.

(2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos

(3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm e 20-40 cm conforme "Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20" (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

(4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação ocorra em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário.

**Relatórios:** Enviar à Supram, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

**Métodos de análise:** Conforme "Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24" (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.





## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram TMAP, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I - perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.